

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E REPRIMARIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA PECUÁRIA

GT15: Meio ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável.

Diego da Silva¹
Luciano Félix Florit²

RESUMO:

O artigo buscou relacionar o processo de construção social da natureza ao da reprimarização do desenvolvimento na América Latina no período recente. A análise foi realizada a partir de dados qualitativos e quantitativos, visando evidenciar mecanismos atuais de geração e reprodução de desigualdades no território. Inicialmente, realiza-se um breve histórico da construção social da natureza na América Latina; em seguida, apresenta e discute dados que revelam as pautas de exportações da América Latina corroborando o retorno à exportação de *commodities*, após o ciclo de industrialização promovido pela substituição de importações no período 1930-1980. A reprimarização reproduz o papel subalterno da região na divisão internacional do trabalho como produtora de bens primários, com graves impactos socioeconômicos e ambientais negativos.

Palavras-chave: construção social da natureza; reprimarização; desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

“la región sigue trabajando de sirvienta. Continúa existiendo al servicio de las necesidades ajenas, como fuente y reserva del petróleo y el hierro, el cobre y la carne, las frutas y el café, las materias primas y los alimentos con destino a los países ricos que ganan consumiéndolos, mucho más de lo que América Latina gana produciéndolos”.
(Eduardo Galeano, “Las Venas Abiertas de América Latina”, 1971).

Como que, desde a publicação da célebre obra de Eduardo Galeano, *Las Venas Abiertas de América Latina*, (1971), a região continua servindo basicamente como produtora de bens primários na divisão internacional do trabalho? Quais as forças sociais e políticas que mantêm e dão sustentação ao tipo desenvolvimento em marcha na região? Quais as implicações socioeconômicas, ambientais e éticas deste modelo de desenvolvimento?

* Artigo resultado de avanço de investigação.

¹ Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: [diego.grava@gmail.com].

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: [lucianoflorit@gmail.com].

A questão da construção social da natureza se torna crucial para se entender o próprio modelo de desenvolvimento posto em marcha na região, como bem demonstra Gudynas (1999). Esta construção se dá num complexo e contínuo processo social e político através do qual a natureza e as paisagens são socialmente construídas, tanto física como simbolicamente.

O termo reprimarização³ indica um processo de retorno à exportação de *commodities*, produtos primários de baixo valor agregado e baixo conteúdo tecnológico (Oreiro & Feijó, 2010), partindo da constatação de que grande parte das economias latino-americanas havia passado por um processo de industrialização, especialmente através da política de substituição de importação dos anos 1930 a 1980 aproximadamente, mas que com a entrada do neoliberalismo voltaram a focar suas pautas de exportação às *commodities*, minerais e agropecuárias.

A reprimarização pode ser analisada, basicamente, sob três formas distintas: 1) desindustrialização; 2) neo-extrativismo; e 3) agronegócio. Esta última ainda pode se subdividir em *commodities* agrícolas e a pecuária de corte, foco do presente artigo. O tema da reprimarização no contexto latino-americano tem ganhado destaque no âmbito acadêmico e extra-acadêmico (sobretudo em termos de economia política) no período recente⁴. Este processo reproduz o papel da região na divisão internacional do trabalho como produtora de bens primários, de baixo valor agregado, de altos impactos ambientais negativos além de implicações éticas para humanos e não-humanos.

Diferentes estudos corroboram o fato de que a região passa, ou passou, por um processo de reprimarização de suas economias. A tese que se busca sustentar aqui é a de que tal processo de reprimarização repousa em visões e usos instrumentais da natureza, ainda que não possa ser reduzido a elas; e mais, estas visões são mantidas em benefício de agentes públicos e privados específicos, malgrado os prejuízos socioeconômicos, ambientais e éticos para a maior parte da população.

A América Latina tem uma economia baseada na exportação de *commodities*, ocupando um lugar subalterno na divisão internacional do trabalho (do mesmo modo que muitos dos territórios rurais dentro de cada país). Esta posição é fruto de relações sociais, políticas e geográficas com longas raízes históricas, mas que ganharam novos contornos no período recente.

Do ponto de vista teórico, a inclusão da dimensão ética na discussão sobre desenvolvimento permite preencher uma lacuna nos estudos sobre a pecuária praticada na região e da própria atividade econômica. Assim, o presente artigo procurou sistematizar, mostrar e discutir dados atuais superando uma visão puramente economicista ou sociologizante do fenômeno, propondo uma reflexão crítica sobre a maneira como são afetados seres humanos e não-humanos afetados, especialmente pela pecuária.

1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NATUREZA NA AMÉRICA LATINA⁵

O processo de construção social da natureza tem, obviamente, raízes históricas. Neste sentido, Keith Thomas (1989), historiador britânico, lembra que no mundo ocidental (partindo da Inglaterra) a percepção e valoração do mundo natural vêm se alterando nos últimos 300 anos, à medida que a fauna e a flora foram sendo destruídas. Disso resultou o que chamou de “o dilema humano”, de modo

³ Expressões como primarização, desindustrialização ou “doença holandesa” não devem ser vistas como sinônimos, ainda que sejam temas conexos, guardam diferenças significativas que não serão discutidas no artigo.

⁴ Ver por exemplo Nadal (2008), Nassif (2008), Oreiro e Feijó (2010), Sonaglio, et al (2010), Cano (2012), entre outros.

⁵ O presente tópico é uma adaptação de parte de um capítulo da dissertação de mestrado do autor, defendida em fevereiro de 2013 (ver Grava, 2013).

análogo ao que Klaus Eder (1996), sociólogo alemão, fala sobre a “dupla estrutura da experiência moderna da natureza”: por um lado tem-se uma relação de respeito e empatia com a natureza (moralização da natureza), por outro, a ideia de que a natureza pode e deve ser dominada e controlada pelo conhecimento e utilizada como recurso para satisfazer as necessidades humanas sem maiores implicações morais (uso instrumental da natureza).

Segundo Thomas, os fundamentos teológicos serviram de base para o predomínio humano, ideia de que as outras espécies devem se subordinar ao “homem”. Na Bíblia cristã, desde o Gênesis até o advento de Cristo, se confirmariam os direitos dos homens sobre todo o mundo natural. Nesse contexto “Foi tendo em mente as necessidades humanas que Deus criteriosamente projetou e distribuiu os animais” (Thomas, 1989, p. 23).

A maneira como as pessoas tratam os animais é a que melhor demonstra a ambivalência da relação simbólica com a natureza. Para Eder (1996, p. 149), a questão de comer carne se torna “[...] a cena central para a auto-apresentação simbólica da sociedade moderna”⁶. Os sentimentos ambivalentes que aparecem em conexão ao ato de comer carne estão ligados ao fato de que no final do século XIX o uso instrumental da natureza começa a ser questionado mais sistematicamente. Esta relação ambivalente mostra o lado bom e mau da interação com a natureza na modernidade, que são melhor observáveis através da interação com os animais, que, nos dizeres de Eder (1996, p. 149)⁷, são comidos e criados, abusados e mimados.

No contexto latino-americano, seguindo estudos sobre a história ecológica na América Latina, Eduardo Gudynas afirma que a conquista e a colonização se basearam na apropriação das riquezas minerais do Novo Mundo (o que não é novidade), seguida da agricultura extrativa, de alta espoliação ecológica, dependente de mão de obra escrava e logo a pecuária extensiva (Gudynas, 1999, p. 102). E a este processo, não esquecendo o período de substituição de importações (1930-1980 aproximadamente), segue o da reprimarização.

No período de colonização (final do século XV), que se inicia em pleno Renascimento⁸, a ideia predominante era de que a natureza oferecia todos os recursos necessários ao homem, e que este deveria controlá-la e manipulá-la. A influência de Francis Bacon e René Descartes rompeu com a tradição medieval que via a natureza de forma organicista, como um ser vivo do qual o ser humano fazia parte. A concepção Renascentista de natureza, antropocêntrica, por sua vez, foi herdada da tradição ocidental, com raízes judaico-cristãs e helênicas (Gudynas, 1999, p. 102-103).

A manipulação e apropriação da natureza, tida como um “recurso infinito”, eram vistas como condição e necessidade para o progresso perpétuo. Os economistas do século XVIII e XIX, como Adam Smith (1723-1790) e John Stuart Mill (1806-1873), e até mesmo Auguste Comte (1798-1857) e Karl Marx (1818-1883), estavam também imbuídos desta concepção, predominando a ideologia do progresso até a atualidade. No período recente, “Em especial no século XX, e em particular desde 1940, os modelos latino-americanos do desenvolvimento, reivindicavam as ideias básicas do progresso perpétuo e o caráter subsidiário da *natureza*”⁹ (Gudynas, 1999, p. 109, tradução nossa).

Na América Latina a ambivalência também está presente. Por um lado, vários países da região figuram

⁶ “Eating meat thus become the central scene for the symbolic self-presentation of modern society” (EDER, 1996, p. 149).

⁷ “Animals are both eaten and raised. Animals are both abused and pampered” (Eder, 1996, p. 149).

⁸ Entre os séculos XIII e XVII.

⁹ “En especial en el siglo XX, y en particular desde 1940, los modelos latino-americanos del desarrollo, reivindicaban las ideas básicas del progreso perpetuo y el carácter subsidiario de la *naturaleza*” (Gudynas, 1999, p. 109, grifo original).

entre os maiores produtores, exportadores e consumidores de carnes do mundo (ver tabelas do capítulo 3), e por outro, se adotam medidas de proteção à “natureza”, contra os maus-tratos aos animais, e até mesmo atribuem-se direitos à natureza, como no caso da Constituição do Equador de 2008.

Só no Brasil, em 2010, abateu-se mais de cinco bilhões de animais anualmente (segundo dados de 2010 do IBGE, contando somente bovinos, suínos e aves). As condições de vida dos “animais de corte¹⁰” são organizadas visando o aumento da produtividade de carne e diminuição de custos. No outro extremo, animais são “abençoados” e homenageados publicamente (Lessa, 2012). E ainda, estimava-se que em 2012 os brasileiros gastariam quase R\$ 6 bilhões com animais de estimação (Estadão, 2012).

Neste contexto, os próprios modelos de desenvolvimento carregam consigo a mesma ambivalência: de um lado se colocam “restrições” legais, e morais, ao uso da natureza e dos animais em particular (como preservação de ambientes “naturais”, a proibição aos maus tratos), por outro se incentiva sua exploração industrial como meio de garantir o desenvolvimento de uma região ou país.

Na América Latina, além do extrativismo, ou neoextrativismo como coloca Gudynas (2012), que predomina em países como Chile, Equador, Peru, Brasil e Argentina, a pecuária, bovina, suína e de aves, tem destaque nas exportações da região, especialmente em países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Uruguai, entre outros (USDA, 2013a, b e c).

Se por um lado estas atividades possibilitam políticas redistributivas e dão viabilidade à inserção econômica de pequenos produtores, assim como apresenta um saldo positivo na balança comercial de alguns países, como acontece no Brasil (MDIC, 2008), por outro apresentam impactos negativos.

Novamente lembrando o caso brasileiro, emblemático por sua magnitude no contexto mundial, no que se refere a dados de 2010, as atividades relacionadas à pecuária (criação, abate e transformação) ofereciam, no plano socioeconômico, uma das mais baixas remunerações médias (cerca de R\$970,00), baixa quantidade de empregos formais (menos de 2% do total de empregos formais do país), alta periculosidade e baixa qualidade do emprego (maiores índices de acidentes e afastamentos nos frigoríficos), além da pecuária liderar os casos de trabalho escravo no país (Grava, 2013 com base em fontes diversas).

Na dimensão ambiental é uma das atividades que mais emite de gases de efeito estufa [GEE] (estima-se que 50% do total do emitido no país), polui recursos hídricos, é o principal fator de desmatamento (entre 70 e 80% do desmatamento da Amazônia está vinculado à pecuária) e da degradação dos solos (cerca de 50% das pastagens nacionais, que ocupam cerca de 20% do território brasileiro, apresentam algum grau de degradação), entre outras consequências.

Quanto à dimensão ética, a atividade tem gerado sofrimento para bilhões de seres sencientes anualmente (Grava & Florit, 2012). Nas últimas quatro décadas, o uso de instrumental de animais para fins humanos tem sido questionado, principalmente por autores do campo da ética ambiental. Destaca-se os trabalhos de Peter Singer (2002, 2004) sobre a igual consideração de interesses e o preconceito por espécie, ou especismo, e de Tom Regan (2006) sobre a noção de sujeitos-de-uma-vida e os direitos dos animais. Seus argumentos demonstram razoabilidade e são difíceis de serem ignorados. Por sua capacidade de sofrer, os animais teriam interesse, ao menos o de não sofrer, e por isso não seria justificável o uso instrumental de animais (Regan, 2006; Singer, 2004, entre outros). A desconsideração de seus interesses caracteriza *especismo*, forma de preconceito análoga ao racismo, sexismo, ou outras formas de preconceito.

Além disso, nos últimos anos, movimentos pelos direitos dos animais (*PETA*, *ALF*, e outros) têm tido papel importante (além de polêmico e controverso) ao divulgar o modo como os animais são tratados

¹⁰ O próprio termo “animais de corte” poderia ser mais profundamente discutido enquanto demarcador simbólico da relação ambígua com os animais, diferenciando os “de corte” com os de “estimação”, revelando seu *status* moral na atualidade.

nas granjas industriais, laboratórios, etc., e têm chamado a atenção para a consideração ao bem-estar e os direitos dos animais. Por outro lado, a indústria de exploração animal (Hannigan, 1996; Singer, 2004; Regan, 2006) também se utiliza dos meios de comunicação social para formular uma imagem positiva de sua atividade.

Assim, fica claro que a construção social da natureza denota ambiguidades e reproduz conflitos sociais e políticos e visões de mundo aparentemente bastante distintas. Seja como for, a visão predominante ainda é a instrumental.

Para se entender a relação entre às visões de natureza e o processo de reprimarização, cabe apontar, ainda que brevemente, a conformação da América Latina na divisão internacional do trabalho, que passa pela expansão do capitalismo e a recente ascensão chinesa.

2 A EXPANSÃO DO MODELO CAPITALISTA ESTADUNIDENSE, ASCENSÃO CHINESA E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO¹¹

Segundo Mann (2013, p. 86), foi após a Segunda Guerra Mundial [IIGM] que o mundo experienciou a globalização. Para ele, são três os pilares da globalização: expansão capitalista, adoção do estado-nação e imperialismo americano¹², sendo que estes três pilares se entrelaçaram de maneiras distintas em diferentes partes do mundo. Na América Latina, os Estados Unidos da América [EUA] exerceu influência em vários países. A luta contra o comunismo fez com que o país cooperasse com ditadores conservadores, oferecendo ajuda militar, financiando e até mesmo planejando e executando golpes de Estado.

Muitos países da região serviram ainda como “economias de enclave”, sediando empresas estrangeiras e fornecendo matérias primas para os EUA (Cardoso & Falleto, 1970). Após a IIGM a América Latina exportava basicamente alimentos e outras matérias primas (ainda que tivesse havido o Processo de Substituição de Importações [PSI], que iniciou na década de 1930, ganhou força após a IIGM e se esgotou na década de 1980).

Apesar do crescimento econômico, as desigualdades na região não diminuíram, e quando havia mobilizações as elites locais lançavam repressão e até golpes militares (Mann, 2013: 106). Apesar de até certo período os EUA não terem grande interesse na região, toda vez que algum governo buscava medidas para atenuar as desigualdades, como através da reforma agrária, os EUA interviam.

O projeto de tornar o capitalismo global, imbricado ao “império americano”, foi primeiramente articulado durante a IIGM e realizado nas últimas duas décadas do século XX. Seu desenvolvimento histórico foi celebrado ideologicamente como neoliberalismo, que fazia crer na dependência estrutural nos mercados capitalistas. Depois da crise dos anos 1980, até mesmo países nacionalistas, comunistas, entre outros Estados do “resto do mundo”, foram levados a se “integrar” no capitalismo global (Panitch & Gidin, 2012: 195). A “divisão global do trabalho”, após a IIGM, era clara e rígida, sendo a produção de manufaturados predominante nos países imperialistas e a extração de recursos realizada “em suas dependências” (ibidem: 196).

Outra característica importante do capitalismo global no início do século XXI se refere ao crescimento da economia chinesa, que busca cada vez mais integrar-se globalmente (Panitch & Gidin, 2012: 276). A inserção chinesa no sistema mundial, conforme Ho-Fung (2011), depende especialmente dos EUA.

¹¹ Faz-se referência à divisão internacional do trabalho de modo genérico, expressando às funções ou especializações dos diferentes países e regiões do mundo na produção capitalista. Neste sentido, a América Latina apresenta uma “vocação” primário-exportadora, o que se evidencia na proporção destes tipos de produtos nas suas exportações ao longo dos anos.

¹² Quanto às definições de império ver Mann (2013, p. 17).

Neste cenário, aproveitando o crescimento chinês e como consequência de sua posição na divisão internacional do trabalho, a América Latina se lança à reprimarização de suas economias¹³.

3 REPRIMARIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOECONOMIAS, AMBIENTAIS E ÉTICAS

Como lembra Guillén (2007), o Processo de Substituição de Importações [PSI] se deu de maneira desigual na América Latina. De modo geral, foi um processo que ocorreu dos anos 1930 aos 1980, tendo maiores êxitos no Cone Sul e Brasil e no México, mas também na Venezuela e países caribenhos após 1950. A partir dos anos 1990, com a entrada do neoliberalismo na região, através do Consenso de Washington, houve um processo de reversão daquele processo e um avanço do setor primário-exportador da pauta de exportações latino-americanas.

Comparando-se as tabelas 1 e 2, que mostram a participação dos diferentes setores no total das exportações da América Latina, entre 2004 e 2011, fica claro o peso que as *commodities* têm nas exportações latino-americanas. Observa-se um aumento das exportações de produtos primários (de 46.3% em 2004 a 60.7% em 2007, um crescimento de 14.4%) enquanto os produtos manufaturados tiveram diminuição (de 53.7% para 39.3%, inversamente, decréscimo de 14.4%).

Tabela 1: Exportações de produtos primários segundo sua participação no total (porcentagens do valor total das exportações FOB de bens)

País	2004	2011
Argentina	71.2	68.5
Barbados (a)	44.4	65.4
Belize	85.0 (a)	-
Bolívia	86.7	95.5
Brasil	47.0	66.2
Chile	86.8	89.2
Colômbia	62.9	82.5
Costa Rica	37.3	40.6
Cuba	78.5	-
Equador	90.7	92.0
El Salvador	40.1	41.3
Guatemala	58.2	67.6
Guiana	75.8	88.9 (a)
Haiti	-	-
Honduras	63.6	84.8
Jamaica (a)	31.5	-
México (c)	20.2	29.3
Nicarágua	89.4	95.0

¹³ Caberia também refletir sobre o papel que a financeirização e o aumento do preço das *commodities* tiveram no processo de reprimarização e na recomposição da divisão internacional do trabalho. Entretanto, não será possível desenvolver esta reflexão aqui.

Panamá	90.0	-
Paraguai	87.3	89.3
Peru	83.1	89.3
República Dominicana	20.5	33.2
Trinidad e Tobago	64.0	-
Uruguai	68.4	-
Venezuela	86.9	95.5 (d)
Total	46.3	60.7
ALADI (e)	46.2	60.9
Comunidade Andina (f)	76.1	87.3
MERCOSUL (g)	54.1	67.1
MERCOSUL, Bolívia e Chile (h)	60.5	71.8
MCCA (i)	48.8	59.4
Outros Países (j)	45.2	36.7

a Inclui reexportações. b Não inclui níquel nem petróleo. c Inclui bens transformados pelo processo de maquila. d Aas exportações de petróleo da República Bolivariana da Venezuela correspondem as exportações totais de petróleo informadas pelo banco central do país, assim como da distribuição de exportações petroleiras informada nos Anuários da PDVSA. e Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana de). F Bolívia (Estado Plurinacional de), Colômbia, Equador, a Peru. g Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. h Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai mais Bolívia (Estado Plurinacional de) e Chile. i Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. j Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Panamá, República Dominicana e Trinidad e Tabago.

Fonte: Adaptado de CEPAL (2012, p. 101).

Tabela 2: Exportações de produtos manufaturados segundo sua participação no total (porcentagens do valor total das exportações FOB de bens)

País	2004	2011
Argentina	28.8	31.5
Barbados (a)	55.6	34.6
Belize	15.0 (a)	-
Bolívia	13.3	4.5
Brasil	53.0	33.8
Chile	13.2	10.8
Colômbia	37.1	17.5
Costa Rica	62.7	59.4
Cuba	21.5	-
Equador	9.3	8.0
El Salvador	59.9	58.7
Guatemala	41.8	32.4
Guiana	24.2	11.1 (a)
Haiti	-	-
Honduras	36.4	15.2
Jamaica (a)	68.5	-
México (c)	79.8	70.7

Nicarágua	10.6	5.0
Panamá	10.0	-
Paraguai	12.7	10.7
Peru	16.9	10.7
República Dominicana	79.5	66.8
Trinidad e Tobago	36.0	-
Uruguai	31.6	-
Venezuela	13.1	4.5
Total	53.7	39.3
ALADI (e)	53.8	39.1
Comunidade Andina (f)	23.9	12.7
MERCOSUL (g)	45.9	32.9
MERCOSUL, Bolívia e Chile (h)	39.5	28.2
MCCA (i)	51.2	41.6
Outros Países (j)	54.8	63.3

a Inclui reexportações. b Não inclui níquel nem petróleo. c Inclui bens transformados pelo processo de maquila. d Aas exportações de petróleo da República Bolivariana da Venezuela correspondem as exportações totais de petróleo informadas pelo banco central do país, assim como da distribuição de exportações petroleiras informada nos Anuários da PDVSA. e Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana de). F Bolívia (Estado Plurinacional de), Colômbia, Equador, a Peru. g Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. h Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai mais Bolívia (Estado Plurinacional de) e Chile. i Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. j Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Panamá, República Dominicana e Trinidad e Tabago.

Fonte: Adaptado de CEPAL (2012, p. 102).

Os dados corroboram, ao menos parcialmente, a existência do processo de reprimarização do desenvolvimento na América Latina. Apesar de não constarem entre os dez produtos principais nas exportações da América Latina e o Caribe (CEPAL, 2012, p. 105), as carnes e derivados apresentam relevância significativa nas exportações de alguns países e regiões, como no MCCA, MERCOSUL mais Bolívia e Chile (*ibidem*, 108-110), figurando, aí sim, entre os dez produtos mais importantes e mostrando aumento significativo de importância no Caribe (*ibidem*, p. 85).

A tabela 3, com dados de 1990-1999, mostra que a América Latina tinha na época uma participação tímida no mercado mundial (5,4% do total das exportações mundiais em 1999, contra 17,1% dos EUA, 25% da Ásia e 43% da Europa Ocidental).

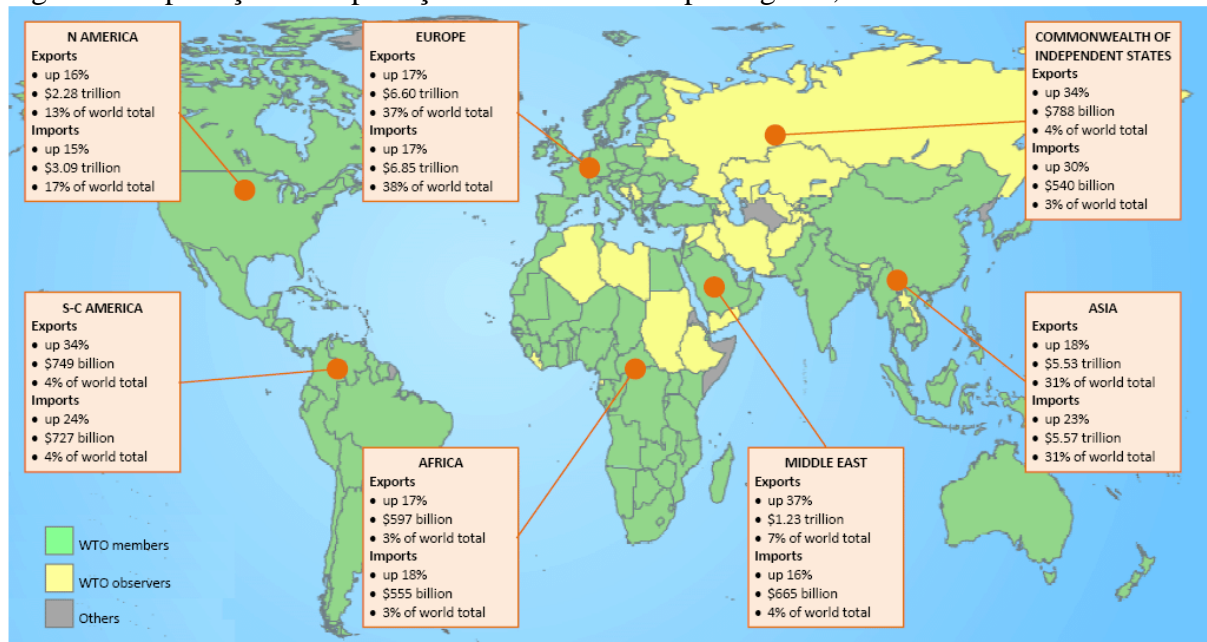
Tabela 3: Exportações mundiais de mercadorias, por regiões, 1990-1999 (bilhões de dólares e porcentagens)

	Valor	Parte	
	1999	1990	1999
Total mundial	5.473	100,0	100,0
América do Norte	934	15,4	17,1
Estados Unidos	695	11,6	12,7
América Latina	297	4,3	5,4
México	137	1,2	2,5
Europa Ocidental	2.353	48,3	43,0

União Europeia (15)	2.180	44,5	39,8
Europa C./O., Estados Bálticos, CEI	214	3,1	3,9
Europa Central e Oriental	102	1,4	1,9
Estados Bálticos e CEI	112	-	2,0
África	112	3,1	2,0
África do Sul	27	0,7	0,5
Oriente Médio	170	4,0	3,1
Ásia	1.394	21,8	25,5
Japão	419	8,5	7,7
China	195	1,8	3,6
Seis países comerciantes da Ásia Oriental	546	7,9	10,0
Pro memória:			
TLCAN (3)	1070	16,6	19,6
MERCOSUR (4)	74	1,4	1,4
ASEAN (10)	359	4,3	6,6

Fonte: Adaptado de World Trade Organization, 2000.

A figura 1, com outro recorte e dados mais atualizados, mostra que a posição da região continuou fraca no mercado mundial. Em 2011 a Europa figurava em primeiro lugar nas exportações mundiais de mercadorias, seguida pela Ásia, e respectivamente América do Norte, Oriente Médio, Rússia e outros países (“riqueza comum de Estados independentes”, “*Commonwealth of independent states*”), América do Sul e Caribe e África.

Figura 1: Exportações e importações de mercadorias por região^a, 2011

a: Valores e trocas incluem trocas intra-União Europeia.

Fonte: World Trade Organization, 2012.

Quanto às exportações pecuárias as tabelas 4, 5 e 6, mostram os países latino-americanos com maior participação nesta categoria, incluindo bovinos, suínos e aves. Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos [USDA] em 2012 o Brasil foi o maior produtor de carne bovina do mundo, a Argentina o quinto e o México o sétimo. Quanto à exportação, novamente o Brasil aparece em primeiro, o Uruguai em quinto, Paraguai sexto, México sétimo e Argentina oitavo. Já no consumo, mais uma vez o Brasil aparece em primeiro lugar, Argentina em quarto e México em sétimo.

Tabela 4 – Produção, exportação e consumo mundial de carne bovina, 2012

País produtor	Produção de carne bovina (1.000 toneladas)*	País exportador	Exportação de carne bovina (1.000 toneladas)*	País consumidor	Consumo mundial de carne bovina
Brasil	9,307	Índia	1,411	Brasil	7,845
EU-27 ¹⁴	7,765	Brasil	1,524	EU-27	7,806
China	5,54	Austrália	1,407	China	5,597
Índia	3,46	Nova Zelândia	517	Argentina	2,458
Argentina	2,62	Uruguai	355	Rússia	2,395
Austrália	2,152	Canadá	335	Índia	2,049
México	1,82	EU-27	307	México	1,835
Paquistão	1,4	Paraguai	251	Paquistão	1,367

¹⁴ União Europeia = 27 países, até 2012. Em 01 de julho de 2013 a Croácia se tornou o 28º membro da União Europeia (EU, 2013).

Rússia	1,38	México	200	Japão	1,255
Canadá	1,075	Argentina	164	Canadá	1,012
Outros	8,883	Outros	549	Outros	10,396

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do USDA, 2013a, <<http://www.usda.gov/>>.

* Equivalente carcaça.

Na produção de carne suína, o Brasil apareceu como terceiro maior produtor mundial, e o México como décimo. Na exportação, em 2012, o Brasil figurou como quinto maior exportador, seguido pelo Chile em quinto e México em sétimo. No consumo o Brasil apareceu como quinto maior consumidor mundial e o México como oitavo (USDA, 2013b).

Tabela 5 – Produção, exportação e consumo mundial de carne suína, 2012

País produtor	Produção de carne suína (1.000 toneladas)*	País exportador	Exportação de carne suína (1.000 toneladas)*	País consumidor	Consumo mundial de carne suína
China	52,35	EU-27	2,226	China	52,725
EU-27	22,63	Canadá	1,243	EU-27	20,423
Brasil	3,33	Brasil	661	Rússia	3,145
Rússia	2,075	China	235	Brasil	2,67
Vietnam	2	Chile	180	Japão	2,557
Canadá	1,82	Belarus	104	Vietnam	1,98
Filipinas	1,382	México	95	México	1,838
Japão	1,297	Austrália	36	Coréia do Sul	1,546
México	1,227	Ucrânia	29	Filipinas	1,518
Coréia do Sul	1,086	Vietnam	20	Taiwan	893
Outros	5,768	Outros	34	Outros	7,196

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do USDA, 2013b, <<http://www.usda.gov/>>.

* Equivalente carcaça.

Em relação à produção de aves (carne de frango), em 2012 o Brasil constou como segundo maior produtor mundial, México em quinto e Argentina em sétimo. Na exportação o Brasil ficou como o maior exportador, Argentina como sexto e o Chile como nono. No consumo o Brasil ficou como segundo maior consumidor mundial, México em quarto e Argentina em nono (USDA, 2013).

Tabela 6 – Produção, exportação e consumo mundial de carne de frango, 2012

País produtor	Produção de carne de frango (1.000 toneladas)*	País exportador	Exportação de carne de frango (1.000 toneladas)*	País consumidor	Consumo mundial de carne de frango
China	13,7	Brasil	3,508	China	13,543
Brasil	12,645	EU-27	1,09	Brasil	9,139
EU-27	9,51	Tailândia	538	EU-27	9,138

Índia	3,16	China	411	México	3,569
México	2,958	Turquia	285	Rússia	3,321
Rússia	2,83	Argentina	281	Índia	3,151
Argentina	1,936	Canadá	140	Japão	2,219
Turquia	1,687	Belarus	105	África do Sul	1,756
Tailândia	1,55	Chile	93	Argentina	1,659
Indonésia	1,54	Ucrânia	75	Indonésia	1,54
Outros	14,637	Outros	259	Outros	18,832

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do USDA, 2013c, <<http://www.usda.gov/>>.

* Equivalente carcaça.

Acompanhando as sínteses anteriores, fica clara a importância do setor pecuarista na América Latina, com destaque ao Brasil, México e Argentina, assim como Uruguai, Paraguai e Chile, tanto no que se refere à produção interna, à exportação e ao consumo mundiais.

Além da baixa participação no mercado mundial, a pauta de exportações baseada em produtos primários, como mineração e petróleo e produtos agropecuários, gera consequências socioeconômicas, ambientais e éticas negativas. Apesar de dar alguma viabilidade ao desenvolvimento dos países da região, é baixa a participação da região no mercado mundial, sobretudo se levar em conta o baixo valor agregado dos produtos exportados. Também se deve considerar a baixa quantidade de empregos (média de 6%, incluindo outras atividades agrícolas, do total de empregos na região, CEPAL, 2007, p. 25), baixa qualidade dos empregos (Cavechini e Barros, 2011, mostram as péssimas condições de trabalho nos frigoríficos brasileiros; Riella e Ramirez, 2012, relevam a baixa qualidade dos empregos na pecuária no Uruguai), trabalho escravo (Grava, 2013, mostra alguns dados que revelam que a pecuária é o setor com maior incidência de trabalho escravo no Brasil) e trabalho infantil constatados no setor (especialmente no Brasil, na Bolívia e no Paraguai segundo dados da FAO, 2013).

Os efeitos ambientais negativos da pecuária são conhecidos. Incluem, principalmente, emissão de gases de efeito estufa (aproximadamente um quinto das emissões globais), uso intensivo e poluição dos recursos hídricos (segundo TEEB, 2009, p. 20, a pecuária é o maior responsável pela contaminação dos recursos hídricos de todo o mundo), uso intensivo e degradação dos solos (cerca de 70% das pastagens da América Latina apresentam algum grau de degradação, conforme Portal do Agronegócio, 2009).

Quanto a questão ética, observa-se que as objeções ao uso instrumental dos animais sencientes, levantadas por diferentes autores da ética ambiental, demonstram razoabilidade e são difíceis de serem ignoradas. Estes argumentos baseiam-se, basicamente, na ideia de senciência (capacidade de sofrer)¹⁵ dos animais. Por sua capacidade de sofrer, os animais teriam interesse, ao menos o de não sofrer, e por isso não seria justificável o uso instrumental de animais (Regan, 2006; Singer, 2004, entre outros). A desconsideração de seus interesses caracteriza *especismo*, forma de preconceito análoga ao racismo, sexismo, ou outras formas de preconceito. Além de degradar o território de ampla população humana, incluindo os próprios produtores que “dependem” da atividade, todo ano bilhões de seres sensíveis são criados e mortos em condições moralmente questionáveis para satisfazer “necessidades” humanas.

O processo de reprimarização e suas implicações só se tornam compreensíveis levando-se em conta a construção social da natureza que condiciona as ideias e práticas de desenvolvimento. De forma complementar, e não menos importante, a posição da América Latina na divisão internacional do

¹⁵ Em carta publicada em 2012, o *Manifesto dos Neurocientistas*, destacados neurocientistas de todo mundo concluíram que os animais, incluindo insetos, têm consciência de si, o que significa que têm capacidade de sofrer (Low, et al, 2012).

trabalho é fruto de relações políticas complexas, que tem origens históricas antigas e ganhou novos contornos no período recente, conforme discutido anteriormente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou relacionar o processo de construção social da natureza ao da reprimarização do desenvolvimento na América Latina no período recente, com ênfase no caso da pecuária e visando demonstrar como esta atividade está relacionada a novos processos de geração de desigualdades territoriais.

Teve como pressuposto que o processo recente de reprimarização das economias na região repousa em visões instrumentais da natureza, mantidas por agentes públicos e privados, beneficiários destas visões (empresas, governos, produtores, consumidores). Também, que a atividade apresenta implicações socioeconômicas, ambientais e éticas negativas, provocando desigualdades no âmbito do desenvolvimento territorial.

A inclusão da dimensão ética nas discussões sobre os modelos desenvolvimento latino-americanos, permite preencher uma lacuna nos estudos realizados na região, fornecendo elementos para uma reflexão crítica sobre a maneira como são afetados determinados grupos humanos e também outros seres sencientes utilizados instrumentalmente na atividade pecuária.

A partir da análise dos dados apresentados, é possível afirmar que a reprimarização reitera o papel subalterno da região na divisão internacional do trabalho como produtora de bens primários, de baixo valor agregado, de altos impactos ambientais negativos além de ter implicações éticas para humanos e não-humanos.

Os estudos realizados apontam para fato de que a compreensão do processo de reprimarização passa pela observação das visões de natureza que prevalecem entre os agentes do desenvolvimento latino-americanos; visões estas herdadas da Europa, reproduzidas e atualizadas, e que ainda hoje atendem e reforçam os interesses de agentes públicos e/ou privados específicos, a revelia de grande parte da população humana e de outros seres sencientes utilizados de maneira instrumental, sobretudo nas atividades agropecuárias.

Partindo destas constatações, é possível dar-se conta de que os processos de desenvolvimento, assim como suas implicações socioeconômicas, ambientais e éticas, são, antes, processos sociais e políticos complexos. “Determinadas” bases sociais é que dão sustentação a certos interesses, a certas visões de natureza e promovem, assim, certos modelos de desenvolvimento. Entretanto, deve ficar claro de que estas visões e os modelos de desenvolvimento não são estáticos, podem, e devem ser alterados na medida em que há certa aprendizagem coletiva, a partir de diagnósticos e experiências que tornam possíveis uma visão mais clara do que está em jogo, para assim alterar o curso da história, e fazer com que o desenvolvimento seja para todos, de maneira sustentável e, não menos importante, ética.

BIBLIOGRAFIA

Cano, Wilson. (2012) “Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento”. Bauru: Revista Faac, v. 1, n. 2, out.2011/mar.2012, p. 155-164.

Cardoso, Fernando Henrique & Faletto, Enzo. (1970), Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 7ª edição.

Cavechini, Caio & BARROS, Carlos Juliano (Dir.). (2011), Carne, Osso. Repórter Brasil, 65 min.

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe [CEPAL]. (2012), Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe. (Santiago del Chile: Nações Unidas). Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/48864/AnuarioEstadistico2012_ing.pdf>. Acesso em: 08 de julho de 2013.

_____. (2007), Características del empleo rural no agrícola en América Latina con énfasis en los servicios. (Santiago del Chile: Nações Unidas). Disponível em: <<http://www.eclac.org/ddpe/publicaciones/xml/1/28821/LCL2659e.pdf>>. Acessado em: 08 de julho de 2013.

_____. (2013), Children's work in the livestock sector: Herding and beyond. (Roma: Nações Unidas). Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/017/i3098e/i3098e.pdf>>. Acessado em: 08 de julho de 2013.

_____. (2010), Latin America and the Caribbean in the World Economy: A crisis generated in the centre and a recovery driven by the emerging economies. (Santiago do Chile: United Nations Publication).

CEPAL; FAO; IICA. (2009). Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe. San José (Costa Rica): Cepal, Fao, Iica, 2009, 158 p.

Chaon, Anne. (2010), Consumo de carnes e peixes representa desperdício, diz relatório. São Paulo: Folha.com [online], 23/02/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u697756.shtml>>. Acesso em: 28/02/2011.

Ecuador. (2008), Constitución de Ecuador. (Equador: Asamblea Constituyente). Disponível em: <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf>. Acessado em: 25 de junho de 2013.

Eder, Klaus. (1996), The Social Construction of Nature: A Sociology of Ecological Enlightenment. Sage Publications, 1996, p. 256.

Elliot, Robert. (2004), La ética ambiental. In: Singer, Peter (Ed.) Compêndio de ética. Madrid: Alianza Editorial, 2004, p. 391-404.

Florit, Luciano Félix. (2009). A natureza do político e a política na “natureza”: notas sobre as implicações políticas da construção social da natureza e das chamadas “vocações regionais”. Cadernos Ippur/Ufrj, 2009.

_____. (2000), O lugar da “natureza” na teoria sociológica contemporânea. XXIV Encontro Anual da Anpocs, GT 14: Processo e Movimentos Sociais no Campo, Sessão Meio Ambiente e Ciências Sociais. Petropolis, 23 a 27 de Outubro de 2000.

Galeano, Eduardo. (2004) [1971], Las venas abiertas de América Latina. (México, Argentina: Siglo Veintiuno, 76ª ed.).

Grava, Diego da Silva & Florit, Luciano Félix. (2012). Notas sobre as implicações socioeconômicas, ambientais e éticas da ocupação do território e a transformação da paisagem pela pecuária no Brasil. Pôster. In: I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade [Sedres], Rio de Janeiro, 2012.

Grava, Diego da Silva. (2013), A construção social da pecuária como “vocação regional” em Santa Catarina: notas críticas sobre suas implicações socioeconômicas, ambientais e éticas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2013.

Gudynas, Eduardo. (1999), Concepciones de la naturaleza y desarrollo en América Latina. Santiago de Chile: Persona y Sociedad, 13 (1): 101-125, abril de 1999.

_____. (2012), O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: Léna, Philippe; Nascimento, Elimar Pinheiro do. Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 303-318.

Guillén, Arturo. (2007), Modelos de Desarrollo y Estrategias Alternativas em América Latina. (Centro Celso Furtado). Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311505340.A_GUILLEN3.pdf>. Acessado em: 01 de julho de 2013.

Hannigan, John A. (1995), Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, c1995. 271p. (Perspectivas ecológicas, v.31). Tradução de: Environmental sociology.

Ho-Fung, Hung. (2011) [2009], “O braço direito dos Estados Unidos? O dilema da República Popular da China na crise global”. (Novos Estudos 89, Dossiê China). Março de 2011, p. 17-37.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010a), Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Comunicação Social, 29 de Novembro de 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766>. Acessado em: 18/04/2012.

_____. (2010b), Efetivo nacional de bovinos cresce 1,5% em 2009. Comunicação Social 24 de novembro de 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1761&id_pagina=1>. Acessado em: 28/02/2011.

_____. (2010c), Produção da Pecuária Municipal 2010. Brasil, Volume 38, 2010c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2010/ppm2010.pdf>>. Acessado em: 29 de março 2012.

_____. (2010d), Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra. Uso da Terra no Estado do Rio Grande do Sul: Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2010d, p. 103-106. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/usodaterra/usoterra_RS.pdf>. Acessado em: 25 de abril de 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2010), O estado da Biodiversidade – Parte 2: Biomas Brasileiros. In: Sustentabilidade Ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Livro 7. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília, 2010, cap. 2, parte 2, p. 75-127.

_____. (2011), Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior. N. 13, 04/2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110509_radar13.pdf>. Acesso em: 30/10/2012.

Instituto Nina Rosa. (2004), A carne é fraca. São Paulo, 2004, 54 min.

Low, Philip; et al. (2012), The Cambridge Declaration on Consciousness. Cambridge, 07 de julho de 2012. Disponível em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2013.

Mann, Michael. (2012), The Sources of Social Power, vol. 3. Global Empires and Revolution, 1840-1945 (Cambridge: Cambridge University Press).

_____. (2013), The Sources of Social Power, vol. 4. Globalizations, 1945-2011 (Cambridge: Cambridge University Press).

Mattedi, José Carlos. (2007), Pecuária é motor de desmatamento da Amazônia, diz secretário do MMA. Folhadaregiao.com [online], 05 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?Canal=meio_ambiente&id=61565>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2011.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior [MDIC]. (2008), Balança comercial brasileira da cadeia produtiva da indústria de carnes, por tipo. Setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=885>>. Acessado em: 28 de agosto de 2012.

Nadal, Alejandro. (2009), A reprimarização da América Latina. Fundação Lauro Campo: Socialismo e Liberdade, 02 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/1292-a-reprimarizacao-da-america-latina>>. Acessado em: 03 de outubro 2012.

Nassif, André. (2008), Há evidências de desindustrialização no Brasil? Rev. Econ. Polit. [online]. 2008, vol.28, n.1, pp. 72-96.

Oreiro, José Luis & Feijó, Carmem A. (2010), Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Rev. Econ. Polit. [online]. 2010, vol.30, n.2, pp. 219-232. ISSN 0101-3157.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação [FAO]. (2009), Contra a poluição, menos carne. Notícias, 02 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.fao.org.br/vernoticias.asp?id_noticia=743>. Acessado em: 28/02/2011.

_____. (2012), Dia Mundial da Água: Para cada quilo de carne, são necessários 15 mil litros de água, diz Fao. Santiago do Chile, 22 de março de 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/DMApcqcn15mladFAO.asp>>. Acessado em: 26/03/2012.

_____. (2006), Livestock a major threat to environment. Roma, 29 de Novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.fao.org/newsroom/en/news/2006/1000448/index.html>>. Acessado em: 18/06/2012.

Panitch, Leo & Gidin, Sam. (2012), *The Making of Global Capitalism. The Political Economy of the American Empire* (Londres e Nova York: Verso).

Portal do Agronegócio. (2009), Impacto ambiental da pecuária latina tem de recuar, diz FAO. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=34071>>. Acessado em: 08 de julho de 2013.

_____. (2008), Pressão da agricultura sobre área de pastagem pode diminuir. 28 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=22294>>. Acessado em: 28/07/2011.

Regan, Tom. (2006), *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*. Porto Alegre: Lugano, p. 266.

Riella Alberto & Ramírez, Jessica. (2012), La calidad del empleo en la ganadería uruguaya. Un estudio de caso. (Montevideo: Agrociencia, vol. 16, número 1, junho de 2012). Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1510-08392012000100022&script=sci_arttext>. Acessado em: 08 de julho de 2013.

Singer, Peter. (2002), *Ética prática*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 399 p. (Biblioteca universal).

_____. (2004), *Libertação animal*. Ed. rev. Porto Alegre: Lugano, xxiv, p. 357, Tradução de: *Animal liberation*.

Sonaglio, Cláudia Maria; Zamberlan, Carlos Otávio; Lima, João Eustáquio de; Campos, Antonio Carvalho. (2010), Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *Econ. Apl.* [online]. 2010, vol.14, n.4, pp. 347-372.

The Economics of Ecosystems and Biodiversity [TEEB/PNUMA]. (2009), *Biodiversidade, ecossistemas e bem-estar humano*. Disponível em: <http://www.teebweb.org/wp-content/uploads/Study%20and%20Reports/Additional%20Reports/Interim%20report/TEEB%20Interim%20Report_Portuguese.pdf>. Acessado em: 08 de julho de 2013.

Thomas, Keith. (1989), *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras.

União Europeia [EU]. (2013), *Croácia*. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/croatia/index_pt.htm>. Acessado em: 02 de julho de 2013.

United States Department of Agriculture [USDA]. (2013a), *Foreign Agricultural Services: Beef and*

Veal Summary Selected Countries . Data de criação: 17 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdReport.aspx?hidReportRetrievalName=Beef+and+Veal+Summary+Selected+Countries++++&hidReportRetrievalID=49&hidReportRetrievalTemplateID=7>>. Acessado em: 02 de julho de 2013.

_____. (2013b), Foreign Agricultural Services: Pork Summary Selected Countries. Data de criação: 17 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdReport.aspx?hidReportRetrievalName=Pork+Summary+Selected+Countries++++&hidReportRetrievalID=54&hidReportRetrievalTemplateID=7>>. Acessado em: 02 de julho de 2013.

_____. (2013c), Foreign Agricultural Services: Broiler Meat Summary Selected Countries . Data de criação: 17 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdReport.aspx?hidReportRetrievalName=Broiler+Meat+Summary+Selected+Countries++++&hidReportRetrievalID=1647&hidReportRetrievalTemplateID=7>>. Acessado em: 02 de julho de 2013.

World Trade Organization [WTO]. (2012), Trade growth to slow in 2012 after strong deceleration in 2011. WTO Press, 12 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres12_e/pr658_e.htm>. Acessado em: 02 de julho de 2013.

_____. (2000), International trade statistics 2000: Trade by Region. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/tradebyregion_e.htm>. Acessado em: 02 de julho de 2013.